

A Comissão Rondon – Ciência Medicina e Integração Nacional (1907-1915)

Carolina Arouca Gomes de Brito *

RESUMO: A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas foi, de acordo com as pesquisas contemporâneas sobre o tema, a mais ambiciosa e complexa expedição patrocinada pelo governo da Primeira República Brasileira. Pouca atenção, entretanto, tem sido conferida ao impacto local das atividades da Comissão Rondon nos estados em que foram construídas as linhas telegráficas. Este trabalho apresenta uma reflexão inicial e faz parte de um projeto mais amplo cujo objetivo é analisar tal impacto, com base em periódicos publicados nos estados do Mato Grosso e Amazonas no período em que a Comissão percorreu tais estados (1907-1915). Pretende-se, a partir dessas fontes, acompanhar os debates intelectuais e políticos que ocorreram naquele contexto. Nesta apresentação será abordado o periódico A Cruz.

Palavras chave: República, Telegrafo, Comissão Rondon, Imprensa.

ABSTRACT: The Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas (Strategic Telegraph Lines Commission) from Mato Grosso to the Amazon was, according to contemporary research on the topic, the most ambitious and complex expedition sponsored by First Brazilian Republic the government. The appropriate attention, however, has not been given to the local impact of the Rondon Commission activities in the states where the telegraph lines were built. This paper presents some first ideas which were taken into consideration, being part of a larger project whose goal is analyzing such impact, based on journals published in the states of Amazonas and Mato Grosso during the period in which the Commission visited them (1907-1915). It is from these sources that we intend to consider the intellectual and political debates that occurred in that context. In this presentation we will deal with the journal A Cruz (The Cross).

Keywords: Republic, Telegraph, Rondon Commission, Press

O ideal de progresso da sociedade norteou os projetos da Primeira República (1889-1930), em especial no que tangia à urgência das comunicações e a necessidade de controlar as fronteiras do país. O regime republicano pretendia encurtar, assim, as distâncias territoriais do país.

* COC/Fiocruz, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Capes/Fiocruz. Este trabalho apresenta reflexões do projeto de mestrado apresentado a COC/Fiocruz sob a orientação de Nísia Trindade e Dominichi Miranda e de minha monografia apresentada a Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção de grau de graduado, sob a orientação de Beatriz Kushinir.

Diante do ideal de progresso apregoado pelo governo federal brasileiro no início do século XX, destaco os esforços políticos relacionados à integração de todo o território nacional. Em especial “incorporar terras e populações distantes”, pois segundo Todd Diacon, ao incorporar esses territórios, o Estado e seus agentes acreditavam estar levando a modernidade àquelas populações, os transformando assim em ‘brasileiros modernos’. (DIACON, 2006).

Na esteira do processo de integração territorial e de política nacional, pretendida pela Primeira República, destaca-se o papel do Telégrafo¹. Este já utilizado em pequena escala no regime imperial configurou-se como um dos símbolos do progresso e da modernização:

o telégrafo teria o papel da sonda que deveria acompanhar o trabalho do explorador que ousava devassar regiões distantes e desertas (...) – um instrumento auxiliar da produção e do comércio” (MACIEL, 1998, p. 99)

A utilização do telégrafo, assim, apresenta-se como uma opção para atender às necessidades de comunicação e também como um instrumento de caráter essencial para conferir agilidade à administração do país (MACIEL, 1998). Os governos iniciais da Primeira República, sobretudo aqueles das primeiras duas décadas, instalavam uma estação telegráfica como símbolo e garantia da presença do Estado naquela região. Destaca-se que o intento modernizador ligado ao ideal de progresso e comunicação, vinculado ao Telégrafo, refere-se especialmente aos primeiros anos da República brasileira e não propriamente a toda República, visto que esta não se configura como um bloco homogêneo.

A questão das comunicações não se restringia a um mero desenvolvimento tecnológico, apesar de isso espelhar, como premissa básica, o processo de modernização do país. Os esforços despendidos traduzem, na realidade, um projeto político que se propunha a entabular novas diretrizes de idéias e de práticas sociais para o Brasil. Neste sentido, a implantação de Linhas Telegráficas ao longo de territórios considerados como “vazios demográficos e de poder” encontrava lugar na política de integração e modernização da *jovem república* brasileira. Este projeto pregava a urgência da informação e da comunicação que interligaria todo o território e o conformaria como país. No ano de 1891, foi criada pelo

¹ Criado em 1844 por Samuel Morse na Inglaterra, representou um avanço para o intento de integrar e de comunicar. No Brasil, a primeira Linha Telegráfica foi concluída em 1852, no Rio de Janeiro, ligando a Quinta Imperial ao Quartel General do Exército. No ano de 1874, o Brasil liga-se à Europa através de cabos submarinos de Telegrafia. Torna-se símbolo de agilidade na Primeira República brasileira, sendo alegada razão de inúmeras Comissões para instalação e conservação das linhas ao longo do território nacional.

Governo Federal, a primeira Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Rio de Janeiro ao Mato Grosso (CCLTRJMT). O objetivo era exatamente materializar esta expressão de interligar o território nacional. Liderada por Ernesto Gomes Carneiro², a Comissão perdurou até o ano de 1898 e foi especialmente bem sucedida. Nesta, destaca-se a participação e atuação do militar Cândido Mariano da Silva Rondon³ (SÁ, SÁ & LIMA, 2008).

No intervalo de tempo entre 1900 e 1906, Cândido Mariano Rondon chefiou os trabalhos da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso a Goiás (CCLTMTG). Tanto a Comissão liderada por Gomes Carneiro, quanto as Comissões comandadas por Rondon estavam subordinadas ao Ministério da Guerra e da Viação e Obras Públicas (SÁ, SÁ & LIMA, 2008).

O ano de 1907 coroaria a atuação de Rondon, isto é, sob sua liderança, uma vez mais, “fora realizada aquela que seria a mais audaciosa e complexa Comissão patrocinada pela República brasileira” (SÁ & LIMA, 2008, p. 5), a “Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas” (CLTEMTA). Tal Comissão, realizada no período de 1907 a 1915, foi intitulada “Comissão Rondon”.

A comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas apresenta-se como séries de expedições de exploração que reuniam, a um só tempo, obras de construção de postes e estações telegráficas, pesquisas científicas dos recursos naturais das regiões percorridas e povoamento do interior do país. A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas apresenta-se como uma série de expedições militares de exploração, fomentadas pelo Governo Federal, com a meta de mapear e integrar os territórios de “sertão” do país. Elas reuniam a um só tempo obras de construção de postes e

² O major Antônio Ernesto Carneiro nasceu em Minas Gerais no ano de 1846. Ingressou na Escola Militar e na Escola de Tiro de Campo Grande no ano de 1872. Republicano, liderou a Comissão de instalação de telégrafos entre Mato Grosso e Goiás em 1891. Pouco tempo depois, em 1894, morre durante o cerco da Lapa, no Paraná, episódio da Revolução Federalista, articulado com a Revolta da Armada (Cf. *Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais*).

³ Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu no Estado de Mato Grosso, no ano de 1865. Órfão de pai e mãe, Rondon morou com um tio em Cuiabá (1873). Entrou para o Exército e foi transferido para o Rio de Janeiro em 1881. No ano de 1890, formou-se Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais na Escola Superior de Guerra. Como oficial do Exército, “passou os trinta anos seguintes construindo Linhas Telegráficas, agora em sua terra natal, o Mato Grosso” (DIACON, 2006, p.16). No ano de 1927, foi nomeado pelo Presidente Washington Luiz (1926-1930) comandante da Comissão de Inspeção de Fronteiras. Em 1934, foi indicado pelo Presidente Getúlio Vargas (1930-1934) para presidir a Comissão Mista Internacional Peru-Colômbia. Faleceu em 1958, no Rio de Janeiro, aos 92 anos.

estações telegráficas e pesquisas científicas dos recursos naturais das regiões percorridas. Além disso, havia também preocupações com o povoamento do interior do país e com as ações referentes à catequese e aos contatos com a população indígena local.

Com esse nível de responsabilidade em suas operações, a CLTEMTA era regida por diretrizes ambiciosas e complexas,

tratava-se de alcançar a região amazônica, com a construção de linhas telegráficas em plena floresta, além de empreender a inspeção das fronteiras brasileiras (...) e proceder ao inventário científico do território percorrido” (SÁ & LIMA, 2008, p. 10).

A “Equipe da Comissão” contava com profissionais das mais diversas áreas, como: oficiais do Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, naturalistas, botânicos, cartógrafos, geólogos, zoólogos e antropólogos (SÁ & LIMA, 2008). A diversificação de profissionais demonstra a vastidão das atividades desta Comissão no interior do país, bem como os investimentos nela alocados, ratificando sua importância no programa político do momento. As expedições eram compostas basicamente por:

militares, 2 médicos e 2 farmacêuticos. 1 fotógrafo e dezenas de praças para a execução dos trabalhos mais pesados. Somavam-se a eles guarda-fios e telegrafistas do ministério da viação, totalizavam assim cerca de 150 pessoas que recebiam rendimentos diferenciados (SÁ & LIMA, 2008, p.08).

Alguns autores (MACIEL, 1998; BIGIO, 2000; DIACON, 2006) fizeram da Comissão Rondon seu objeto de pesquisa. Estes têm como foco o projeto modernizador da República, do qual a Comissão seria uma das expressões mais claras no que diz respeito ao intento de integração nacional. Sobre o assunto, Laura Maciel afirma que:

Mais que uma racionalidade de ordem econômica ou uma idéia do telégrafo como propulsor do progresso e do desenvolvimento, eram razões estratégicas de povoamento e defesa do território as justificativas e alavancas para a construção de uma linha telegráfica entre Mato Grosso e o Amazonas (1998, p.10).

Seguindo, por sua vez, Elias dos Santos Bigio afirma que

os argumentos estratégico-militares da vulnerabilidade e da necessidade de proteger as fronteiras do Brasil em Mato Grosso foram tão fortes quanto os argumentos políticos e econômicos (...) no que diz respeito à facilidade de comunicação, abertura de estradas de rodagem e criação de núcleos de povoamento no entorno das estações(2000, pp 10/11).

Um recente trabalho de pesquisa sobre o tema, desenvolvido na Casa de Oswaldo Cruz, por Nísia Trindade Lima, Dominichi Miranda Sá e Magali Romero Sá, diferencia-se dos demais por considerar uma forte relação entre os objetivos estratégicos da Comissão e a atividade científica no seu interior.

De acordo com a análise de Todd Diacon sobre a Comissão Rondon, a imprensa adquiriu papel importante para a formação da opinião pública da Capital Federal. No ano de 1910, foi criado no Rio de Janeiro o “Escritório Central da Comissão”, um centro administrativo onde eram produzidos e elaborados seus relatórios, seus mapas e suas imagens fotográficas, além de divulgar os feitos que colecionava em suas expedições. Depreende-se, então, a importância de se colocar em prática o projeto político de integração nacional. Este deve ser observado a partir do aparato burocrático criado. Conferindo-lhe suporte às ações levadas a cabo no Mato Grosso e na região amazônica. Neste enfoque, Diacon sublinhou que:

em suma pode-se afirmar que as atividades dos que trabalharam no escritório central da Comissão, no Rio de Janeiro, foram tão importantes quanto as que ocorriam a milhares de quilômetros dali (DIACON, p. 161, 2006)

Do ponto de vista da projeção, dos planos e das propostas, a Comissão já foi amplamente estudada, entretanto como foram recebidas as suas ações nas regiões que seus membros percorreram? É para responder a essa questão e preencher essa lacuna sobre o tema que proponho este trabalho.

Neste sentido, a fim de perceber o debate político e social presentes no estado do Mato Grosso, no período em que a Comissão Rondon lá esteve, proponho neste trabalho uma análise de um periódico mato-grossense engajado às questões católicas numa República leiga constitucionalmente. O jornal *A Cruz* irá nos conduzir a uma reflexão acerca do impacto da Comissão nesta sociedade, entre os anos de 1907-15.

A Cruz configurava-se como um jornal de orientação católica vinculada à Liga Católica Brasileira de Mato Grosso⁴, e era uma publicação quinzenal cristã. Seu objetivo, segundo o próprio jornal em 15/05/1910, dia de sua edição de número 1, era: “Sem outras

⁴ A Liga Católica Brasileira de Mato Grosso apresentava-se como uma entidade de direito privado, constituída por intelectuais e católicos de destaque na sociedade. Tinha por objetivo implementar ações ligadas às pastorais da alta hierarquia da Igreja católica. Em Cuiabá, dirigiam a entidade juizes, advogados, professores e demais profissionais liberais com as respectivas esposas (Cf. CNAVARROS, Otávio. *Leitura na Imprensa Cuiabana: O caso de “A Cruz” (1910-1940). Artigo apresentado no 5º Seminário sobre mídia e leitura da cidade de Cuiabá, 2005*).

preocupações a não ser os interesses católicos, visa entrar nas famílias de nossa sociedade levando uma palavra franca (...)”.

Diante da orientação social-religiosa adotada pela folha, uma temática era recorrente, a “catequese indígena”, amplamente discutida nas páginas de *A Cruz*, chegando inclusive a apresentar uma longa série de matérias de capa nos anos de 1911 e 1912. Tais artigos eram assinados por Amélia Rodriguez, que se baseou estes artigos em uma detalhada análise dos telegramas produzidos por Rondon após uma viagem de reconhecimento a tribos indígenas do norte do Mato Grosso.

Os artigos de *A Cruz* apresentam uma vasta discussão acerca da questão indígena dessa Comissão, em especial após a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), no ano de 1910. O tema da catequese indígena figura entre as páginas deste periódico em larga medida, apresentando-nos a um novo campo de discussões político-sociais. Apesar de todo o ideal de progresso e modernização pretendido e alardeado pela Comissão, a temática recorrente na sociedade mato-grossense referia-se aos nativos daquela região em detrimento de outras questões.

Tendo em vista a clara orientação católica do jornal, o segmento da sociedade que se ocupava do processo de catequização situava-se na figura dos padres salesianos⁵. Ao longo da pesquisa me deparei, porém, com outros periódicos do Mato Grosso, de segmentos os mais diversos da sociedade, que traziam em seus editoriais artigos que também abordavam a temática indígena em larga medida.

Os artigos de *A Cruz* referiam-se, em suma, às ações empreendidas pelo Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN) junto às comunidades indígenas, em detrimento das ações religiosas de catequese desenvolvidas pelos salesianos. Antes da República, a assistência e a proteção aos indígenas eram prestadas quase exclusivamente por missionários. Foi somente a com separação entre Estado e Igreja, definida

⁵ A Congregação Salesiana foi criada na Europa por Dom Bosco em 1859, tendo por foco a educação cotidiana e profissional de jovens e imigrantes. Os primeiros padres salesianos chegaram ao Brasil no ano de 1883 a pedido do Imperador D. Pedro II (1831-89). A finalidade do projeto resumia-se a: oferecer boa educação aos filhos da elite e uma profissão para os imigrantes urbanos e assegurar a pacificação dos selvagens para permitir a introdução de atividades econômicas produtivas nos territórios de interior do país. Em 1893, sob o bispado de Dom Lasagna, a questão indígena brasileira torna-se prioridade para os salesianos. É neste momento que são criados os primeiros aldeamentos salesianos em Cuiabá, capital de Mato Grosso, para servir como ponto de apoio da atividade missionária com os índios do sertão (Cf. MONTERO, 2007).

pela Constituição de 1891, que houve a necessidade de um projeto laico para o trato com os povos indígenas⁶

As críticas giravam em torno das convicções positivistas difundidas pela equipe de Rondon no trato com os indígenas. A crença na ciência em detrimento da fé religiosa era amplamente combatida, como em 1/02/1911:

Em vez de crer em Augusto Comte⁷, creia a no Evangelho; em vez de receber aplausos da maçonaria - que é apenas um grupo-, receba-os da Pátria que é o Brasil inteiro” e ainda em 8 de outubro deste mesmo ano: “é essa a republicana imparcialidade do positivismo no Serviço de proteção aos índios(A Cruz, p 01).

É patente que a temática da catequização indígena é a grande preocupação política e social do período, no Mato Grosso. A análise de *A Cruz* é demonstrativa dessa evidência no período de atividade da Comissão Rondon. São relegadas a segundo plano as questões vinculadas ao processo de modernização republicana e os debates acerca da estigmatização do Estado do Mato Grosso, considerado como atrasado em relação ao restante do país. A catequese indígena, assim, ganha as páginas dos jornais do Estado no início do século XX.

Deve-se pontuar também o grande debate realizado em *A Cruz* acerca da corrente positivista e da crença demasiada na ciência. A parcela da sociedade mato-grossense representada nas páginas deste jornal preconizava a evangelização e a moralização sociais no lugar das políticas modernizadoras pregadas pela República instalada no Rio de Janeiro. É nesse debate e na asincronia de projetos que se inserem as reações às atividades da Comissão Rondon no Mato Grosso.

A apresentação e a discussão de *A Cruz* realizadas neste trabalho permitem-nos uma análise que confronta o “projeto modernizador da Primeira República” ao “conservadorismo político-religioso”. Apesar de se definir como uma folha “sem pretensões políticas”, *A Cruz*

⁶ A Constituição Federal de 1891 abolia a religião oficial e previa a separação entre o Estado e a Igreja católica, cuja unidade era fixada pela antiga Constituição Imperial, até então vigente. O artigo 72 da nova Constituição extinguiu o Padroado da época do Império.

⁷ Augusto Comte foi o criador da filosofia positivista, que preconizava a razão e a ciência em detrimento da religião. Segundo Comte, a experiência humana estaria dividida em três grandes estágios. O primeiro seria o estado teológico, seguido do estágio metafísico, até que a humanidade alcançasse o último estágio, o científico. No ano de 1847, Comte desenvolve uma religião positivista com o objetivo de difundir sua filosofia. Líder da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, Cândido Mariano da Silva Rondon torna-se membro ativo da Igreja positivista do Rio de Janeiro (1898). (Cf. DIACON, 2006).

defende em suas páginas, uma diretriz social e religiosa, claramente oposta à proposta constitucional de um Estado laico.

Esta reflexão pauta-se nas inúmeras discussões feitas neste jornal, acerca da orientação positivista, que atribuía à Ciência o papel de promotora do progresso nacional e do projeto “leigo” da catequese indígena, no Mato Grosso. Neste sentido, *A Cruz*, diante de sua grande circulação na sociedade mato-grossense, configura-se como um importante meio para os debates intelectuais e políticos do período neste Estado.

Deste modo, acompanhando os indícios da fonte estudada, o intento de progresso e integração da *jovem República* encontrou barreiras político-sociais no Estado do Mato Grosso. O modelo de governo e administração pretendido para aquela região apresentou certa resistência, por parte de alguns segmentos da sociedade mato-grossense do início do século XX.

Pretendo, em minha dissertação de mestrado, realizar uma análise semelhante em outros periódicos do Mato Grosso e também do Amazonas, veiculados no período em que a Comissão Rondon percorreu tais estados (1907-1915). O objetivo do trabalho será perceber como as elites intelectuais desses estados respondiam aos esforços republicanos de modernização encarnado pela Comissão Rondon.

Bibliografia:

BERTHOLD, Victor M. *History of the telephone and telegraph in Brazil (1851-1921)*. Nova York: s. e., 1922.

BIGIO, Elias dos Santos. *Cândido Rondon: a integração nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRAS, 2000 .

BOTELHO DE MAGALHÃES, Amilcar A. A. *A obra ciclópica do general Rondon*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

BOTELHO DE MAGALHÃES, Amilcar A. A. *A obra ciclópica do general Rondon*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

BOTELHO DE MAGALHÃES, Amilcar A. A. *Rondon: uma relíquia da pátria*. Rio

CARNEIRO, João Mariano Aveiro. *Filosofia e educação na obra de Rondon*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. pp. 189-201.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (ed.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, vol. 2. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Difel, 1978. pp. 183-224.

CASTRO, Celso. (Org.). *Amazônia e Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 171 p.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

HARDMAN, F.F. A Amazônia como Voragem da História: impasses de uma representação literária. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, v. 15, 2007. PP 207 – 221.

LACERDA, Franciane Gama. Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1889-1916). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v 26, n. 51, p. 197-225, 2006.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. No rastro do desconhecido, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v. 11, Aug. 2006, PP. 18-23.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica – Ética no jornalismo brasileiro* – São Paulo: Fundação Perseu ABRAMO, 1998

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo – Norte e Sul*. São Paulo: EDUSP, 2001.

LUCA, Tânia Regina e MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: Educ/FAPESPE, 1998.

RONDON, General Cândido Mariano da Silva. *Conferências de 1915: versão em inglês da publicação n. 4 por R. G. Reidy e Ed. Murray*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1916.

RONDON, General Cândido Mariano da Silva. *Rumo ao oeste: conferência realizada pelo general Rondon no D.I.P. em 30-IX-40 e discursos do Dr. Ivan Lins e do general Rondon, pronunciados na Associação Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942.

SÁ, Dominichi Miranda de . *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)* .Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SÁ, Dominichi Miranda de ; SA, Magali. R. ; LIMA, Nísia Trindade . Telégrafos e Inventário do Território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, p. 779-810, 2008.

SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* , Dez 2007, vol.14, pp.15-50.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3a. Ed. Martins Fontes, 1983.

VIVEIROS, Esther. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958.